

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEARÁ

Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca<sup>1</sup>

Universidade Federal do Ceará – isabelfil@uol.com.br

Este estudo sobre a Educação Infantil no Ceará está baseado em poucos, mas relevantes escritos da história do Estado. Primeiramente, numa monografia de especialização em Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica, de Oneida Pontes Milhorne, de 1986, hoje professora da Escola Alba Frota, sob o título “Contribuição à história do pré-escolar em Fortaleza”; em seguida, no livro de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão “O Ceará”, que teve sua 1ª edição em 1939 e, na 3ª edição de 1966, traz um artigo de Djacir Menezes sob o título “A educação no Ceará: Repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930)”; numa coletânea da Revista “Educação Nova”, na década de 1930, que antes de tudo tem um valor afetivo para nós, por se tratar do avô desta autora – Antonio Filgueiras Lima, seu redator-chefe. Ele, como educador vibrante e um poeta que traz nas palavras as emoções com que envolvia tudo o que fazia, reuniu textos preciosos da intelectualidade da época em torno do tema educação; uma última publicação, e bem mais recente, é o livro da atual secretária de educação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sofia Lerche Vieira, “História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos”, publicado em 2002, quando da inauguração do Centro de Memória da Educação no Ceará.

Embora a Educação Infantil só venha a existir, como instituto formal de ensino no Ceará, em 1937, algumas curiosidades foram destacadas nos períodos da Colônia e do Império. O Ceará, assim como outras capitânicas do País recebeu a presença dos Jesuítas, os responsáveis pelo início da educação em nosso território, mas esse início não foi muito pacífico, como se pode observar no relato de Menezes:

*Ainda não se iniciara a fixação dos núcleos colonizadores, verificara-se a tentativa dos jesuítas para aldear os índios e educá-los, segundo o propósito e a pedagogia dos filhos de Santo Inácio. No Ceará começaram fracassando: Francisco Pinto é massacrado na Serra da Ibiapaba, escapando seu companheiro Luís Figueira, que se foragiu no mato (MENEZES In MARTINS FILHO e GIRÃO, 1966, p.351).*

Somente em 1721, após autorização de Portugal, foi construída a primeira residência para os Jesuítas. Depois da expulsão dos padres, assim como em todo o Brasil, hou-

ve um dismantelo da já precária estrutura educacional. Mas, ainda em 1759, duas escola primárias foram abertas, com um detalhe curioso:

*Uma na Caucaia, com 142 discípulos de ambos os sexos, alguns já casados. O mestre foi Manuel Félix de Azevedo. A Segunda na aldeia de Paiacus, com 29 meninos e 34 meninas (idem; p:352).*

É a primeira notação sobre a educação de mulheres numa estrutura educacional que foi encontrada. Outro dado importante foi a nomeação de uma mulher. A professora era D. Ana Clara da Encarnação, em 16 de novembro de 1791, pelo então Governador da capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos.

O século XIX inicia com uma situação precária no ensino: professores mal pagos e sem preparação para o exercício do magistério. Em 1844, foi fundado o Liceu do Ceará e em 1884 a Escola Normal.

Em 1922, o então diretor da Escola Normal, Dr. João Hipólito de Azevedo e Sá, solicitou ao governador da época, Dr. Justiniano de Serpa, que pedisse ao governo paulista um professor para a disciplina de Psicologia e Didática, visto não ser possível encontrar quem a ocupasse no Estado do Ceará. Chegou, então, em 14 de abril de 1922, o Professor Manuel Bergstrom Lourenço Filho, catedrático de Psicologia e Pedagogia Experimental. Após assistir a uma de suas aulas, Justiniano de Serpa o convidou para dirigir uma Reforma do Ensino Público e o nomeou Diretor Geral da Instrução. Essa diretoria foi criada por orientação de Lourenço Filho em substituição à Inspetoria da Instrução Pública. Sua primeira realização foi organizar o censo ou Cadastro Escolar. Outra obra importante foi despertar a necessidade de uma Escola Normal bem equipada e com nova estrutura tanto física como curricular. Em 1923 novo prédio da Escola Normal foi inaugurado, onde hoje funciona a Escola Justiniano de Serpa. Preocupou-se com a localização das escolas a fim de atender um contingente populacional maior, criou os cursos de férias “para o aperfeiçoamento constante dos professores da rede escolar” (NOGUEIRA, 2001, p. 168), criou o Caixa Escolar e o Escotismo. Inovou e aplicou pessoalmente algumas técnicas pedagógicas e unificou os livros adotados. Os números de escolas e de matrículas foi elevado significativamente e criou-se uma áurea de entusiasmo. No entanto, com o falecimento de Justiniano de Serpa em 1923, e com a falta de apoio, Lourenço Filho retornou a São Paulo e a Reforma perdeu um

pouco de seu fervor. Mas grandes contribuições foram deixadas e não se perderam.

Em 1937, na Cidade da Criança, localizada no Parque da Liberdade, foi criado pelo então prefeito, Dr. Raimundo de Alencar Araripe, o Serviço de Educação Infantil, que pela manhã funcionava como jardim da infância e a tarde como parque de recreio, atendendo crianças de 7 a 14 anos, com reforço escolar e atividades artísticas como dança, música e modelagem. A direção da escola coube a D. Zilda Martins Rodrigues, diretamente ligada ao Serviço de Educação Infantil, e o jardim-de-infância ficava sob os cuidados da professora Alba Frota. Somente em 1967, por sugestão de Rachel de Queiroz, renomada escritora cearense, foi dado o nome de Alba Frota à escola, para homenagear aquela que muito prestigiou e elevou o nome do Parque da Criança, e que por 8 anos havia sido sua diretora, entre 1946 e 1954. Alba Frota morreria num acidente de avião, o mesmo que vitimou o ex-Presidente da República Marechal Castelo Branco. No trabalho de Milhome, a escola Parque da Criança aparece como a primeira instituição pública destinada à Educação Infantil no Estado do Ceará.

Quanto às instituições particulares, o Instituto Lourenço Filho, surgiu como pioneiro no Ceará com salas de educação infantil. O Instituto foi fundado por Filgueiras Lima, citado anteriormente, e Paulo Sarasate, em 1938, com salas de jardim-de-infância e de 1ª a 5ª séries primárias.

Para abrigar o Jardim da Infância, foram construído pavilhões, entre as árvores e o jardim, projetados pelo arquiteto Emílio Hinko, com entrada própria pela Rua da Assunção. Foi a primeira instituição particular, na cidade de Fortaleza, a oferecer Jardim da Infância, com mobiliário e brinquedos especialmente fabricados e adequados aos pequenos. As mesas eram laqueadas e pintadas com cores alegres e repousante, e as cadeiras eram individuais e de vime. Buscou-se proporcionar um ambiente alegre e saudável. Os jogos empregados, segundo os jornais, eram novos para a sociedade de então. Foi providenciado também o material de Montessori, os “dons” de Froebel, os jogos de Decroly, além daqueles que seriam construídos pelas próprias professoras e seus alunos (CIASCA, 2005, p. 34).

A instituição foi idealizada com os preceitos da Escola Nova, que Filgueiras Lima tão bem conhecia, pois havia trabalhado na Diretoria da Instrução Pública, e era então

catedrático de Didática da Escola Normal Pedro II, tendo estudado incansavelmente essa revolucionária teoria. O educador poeta ficou à frente da instituição, que depois passou a se chamar Colégio Lourenço Filho, até o seu falecimento em 1965, quando assumiu seu filho (pai desta autora), Rui Filgueiras Lima, até 1998, seguindo os pressupostos pedagógicos nos quais Filgueiras Lima acreditava tão convictamente, mas sempre modernizando e buscando o pioneirismo que marcou o colégio.

Há relatos orais de outras experiências de ensino para crianças a partir de 4 anos de idade na “Casa das Crianças”, que funcionava na então Rua do Imperador, entre Guilherme Rocha e São Paulo, sob a direção de D. Albertina Pinto de Oliveira. A alfabetizadora desta instituição era a D. Graziela. O ensino era até a quarta série primária, pois não preparava para o exame de admissão. De acordo com os relatos nas salas das crianças pequenas asmesas eram também adequadas ao tamanho das crianças e havia jogos de madeira.

Os jardins-de-infância foram surgindo sem uma regulamentação, pois, só na década de 1960, o Conselho de Educação do Ceará votou uma orientação muito superficial para quem quisesse abrir uma escola de Educação Infantil. Em 1981, o citado colegiado aprovou a Resolução Nº 165/ 81, que consolida as normas do Conselho de Educação para o Sistema de Ensino do Estado do Ceará e define os objetivos da educação pré-escolar, a aprovação para os estabelecimentos, o currículo, a organização do ensino e a renovação da aprovação.

A atual situação é de inúmeras escolas abertas nas periferias sem a mínima condição estrutural, de higiene, de segurança, de pessoal qualificado, nem proposta pedagógica. No Conselho, a Resolução 361/2000 regulamenta o credenciamento de escolas de Educação Infantil, no entanto, está como muitas das regulamentações, existentes: na iminência de se transformar em lei morta. No próprio Conselho, não há uma estrutura de supervisão das escolas. Infelizmente, ainda hoje, qualquer pessoa, a qualquer momento, pode abrir uma escola de Educação Infantil, sem ser supervisionada.

A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) coordenou a criação da Comissão Interestitucional de Educação Infantil, a qual foi transformada em Fórum<sup>2</sup>. Após a nova LDB o Estado transferiu para a Prefeitura de Fortaleza a responsabilidade com a Educação Infantil, embora mantenha ainda algumas creches, através da Secretaria de Ação Social.

## A Educação Infantil de Hoje em Fortaleza

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a responsabilidade para com a Educação Infantil foi entregue aos municípios, e a Prefeitura de Fortaleza assumiu esse encargo ainda de forma muito tímida. Através da Secretaria de Educação e Assistência Social – SEDAS, estão sendo inauguradas 50 creches a serem gerenciadas por associações comunitárias. De acordo com dados coletados em cada Regional, em 04 de setembro de 2003, a Prefeitura dispõe de: 20 centros de Educação Infantil, 50 creches (não sabem informar ao certo quantas já estão em funcionamento, mas os últimos números dados eram em torno de 39), 20 de ação continuada (expressão usada para identificar as escolas que têm parceria com a Prefeitura), 15 creches da OPEFOR (projeto dirigido pela “1ª Dama”), 7 escolas filantrópicas (recebem ajuda da Prefeitura e de outras entidades) e 28 anexos (são prédios alugados pela Prefeitura para comportar alunos e salas que não puderam ser atendidas nas patrimoniais). Algumas escolas ocupam duas ou até três categorias, ao mesmo tempo. Por exemplo, elas podem ser filantrópicas e da ação continuada. Esses dados, segundo informação das próprias regionais, podem variar, pois escolas podem ser abertas e outras fechadas, anexos podem ser transformados em centros de Educação Infantil. Assim, não se tem como definir ao certo o número de instituições de atendimento à Educação Infantil da Prefeitura de Fortaleza.

O projeto para as novas creches ensejou duas publicações: o *Manual técnico de funcionamento das creches* e o *das Diretrizes Pedagógicas para implantação das instituições de educação infantil – creches e pré-escola da rede de ensino municipal de Fortaleza* (SEDAS, 2002). Cabe aqui uma análise mais aprofundada destas publicações, onde estão retratadas as intenções da Prefeitura. Na introdução das Diretrizes, fica evidente que há um reconhecimento da precariedade da atual estrutura de atendimento e se coloca em “defesa da criança pequena como cidadã, sujeito de direitos, um ser social e histórico e que, portanto, merece ser atendida em instituições educativas de qualidade”. E conclui também reconhecendo que a educação infantil não é um “luxo” ou “favor” mas um direito. Mas deixa claro que esse material pretende orientar o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atendem a criança de (1) um a seis (6) anos e não de (0) zero a (6) seis anos como está previsto na LDB. O restante do material cita as diversas resoluções do MEC e dá as orientações didáticas e metodológicas, definindo os objetivos, conteúdos, sugestões de atividades e

recursos materiais em dois blocos, um para crianças de um a três anos e outro para crianças de quatro a seis, nas áreas de linguagem oral e escrita, formação pessoal e social, o movimento, música, artes visuais, natureza e sociedade e Matemática. Para a avaliação, o material oferece uma lista de comportamentos para orientar o relatório e define que seja feita em três momentos: no início (inicial), no decorrer do processo (formativa) e ao final do processo (somativa). Não fica muito claro em que momento é esse final do processo, se do semestre ou ano letivo, se quando mudam de faixa etária ou se ao final de cada projeto, mas oferecem duas folhas de relatório, uma para o primeiro semestre outra para o segundo semestre.

O Manual técnico de funcionamento das creches (para atendimento de crianças de 1(um) a 3 (três) anos) traz a proposta pedagógica, a formação continuada dos profissionais de Educação Infantil, as rotinas diárias de atendimento das creches (incluindo a chegada da criança à creche e a criação de hábitos saudáveis), o modelo da gestão, o público-alvo, o perfil e critérios de seleção e as atribuições dos profissionais, a matriz institucional e o material necessário para o funcionamento de uma creche.

Analisando, inicialmente, o modelo da gestão o documento diz: “O modelo de gestão a ser adotado para funcionamento das creches, ora em construção ou a serem construídas, será o de parceria através de convênio com associações comunitárias”. Quais são essas associações? São entidades sem fins lucrativos, inscritas no COMDICA – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal de Assistência Social, que estejam em situação regular com as fazendas municipal, estadual e federal e obrigações sociais, e que tenham experiência comprovada em trabalhos sociais. Participarão de uma seleção realizada pela SER – Secretaria Regional – e, após habilitadas, apresentarão junto ao Conselho Estadual de Educação o pedido de credenciamento e inscrição dos seus programas. O pessoal que trabalhará na creche será selecionado (e não concursado) por uma comissão composta por um representante da entidade, um da SEDAS e um de cada SER – Secretaria Regional do Município). A associação receberá o valor de R\$ 80,00 por criança e ficará responsável pelo pagamento de pessoal (de acordo com uma tabela de valores apresentada no edital), quatro refeições para as crianças e manutenção da creche. O quadro de pessoal da creche para o atendimento de 80 crianças, entre 1(um) e 3 (três) anos, será de 1 professor coordenador (com formação em pedagogia), 4 professores (com formação em nível médio na modalidade

Normal), 2 merendeiras (mulher acima de 40 anos, chefe de família, com o fundamental incompleto) e 4 auxiliares de creche (mulher acima de 40 anos, que more próximo à creche e que tenha o fundamental completo).

Algumas indagações devem ser feitas em torno desse modelo da gestão: se existe o dinheiro para ser repassado para uma associação administrar a creche, por que prefeitura não a administra? Por que as professoras só devem ter o nível médio, quando a própria LDB definiu a década da educação e até o final de 2006 só serão admitidos professores com formação superior ou formados por treinamento em serviço? Por que as auxiliares e merendeiras devem ser mulheres acima de 40 anos sem a exigência de experiência? Esse valor de R\$ 80,00 por aluno é o suficiente para um atendimento de qualidade? Por que o pessoal contratado não passa por um concurso público como está previsto em lei? Por que cabe à Associação o repasse do dinheiro para o pagamento dos professores e não diretamente da Prefeitura? Como são controlados os gastos, se três dos cinco participantes do Conselho Gestor (responsável pela articulação entre representante da comunidade e membros do poder público) são ligados à comunidade ou à creche? Como é possível numa listagem de material permanente, a compra de livros constando apenas de cinco títulos de literatura infantil, sendo quatro volumes de cada?

Muitos outros questionamentos, inclusive sobre o projeto da estrutura física, poderiam ser feitos, mas o fato é que, enquanto discutimos a construção de um atendimento na Educação Infantil de qualidade, a Prefeitura de Fortaleza tem caminhado no sentido oposto em busca de um barateamento, e com decisões que comprometerão seriamente esse atendimento. Uma revisão sobre as políticas para a Educação Infantil seria salutar e, com certeza, traria inúmeros benefícios a uma população tão carente de todos os serviços quanto a nossa.

## Referências Bibliográficas

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/ Conselho de Educação do Ceará. Resolução N° 361/2000 de 21 de junho de 2000. Fortaleza: CEC, 2000.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. Comissão Interinstitucional da Educação Infantil do Estado do Ceará. **Comissão Interinstitucional da educação infantil**: um caminho compartilhado na luta pelos direitos fundamentais das crianças / Rita de Cássia de Freitas Coelho. Fortaleza, 1997. V.6 (Comissão Interinstitucional).

- CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. **Filgueiras Lima**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005.
- FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. **Diretrizes Pedagógicas para Implementação das Instituições de Educação Infantil – creches e pré-escolas da Rede de Ensino Municipal de Fortaleza**. 2002.
- FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. **Manual Técnico de Funcionamento das Creches**. 2002.
- MENEZES, Djacir. **A Educação no Ceará – Repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930)**. In MARTINS FILHO, Antônio, GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.
- MILHOME, Oneida Pontes Pinheiro. **Contribuição à História da Pré-escola em Fortaleza**, 1986. (Monografia de Especialização. Universidade Estadual do Ceará)
- MIEIB- Movimentos Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. **Educação Infantil: construindo o presente**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.
- NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá Nogueira. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade federal do Ceará com doutorado em Educação Brasileira pela mesma universidade.

<sup>2</sup> No capítulo 5 serão discutidas mais minuciosamente as funções deste fórum.